

TEMPO INDETERMINADO

Funcionários dos Correios entram em greve

Os trabalhadores dos Correios iniciaram uma greve nacional por tempo indeterminado nesta sexta-feira, após o término das negociações da campanha salarial sem um acordo entre a empresa e a Federação Inter-sindical dos Empregados da Empresa Brasileira de Cor-

reios e Telégrafos (Findect). O impasse principal envol-ve propostas de alterações no plano de saúde dos em-plegados por parte da direção da estatal, tema sem consenso mesmo após rodadas de negociação e tenta-tivas de mediação no Tribunal Superior do Trabalho

(TST). Para conter o impacto das paralisações nas en-tregas e no atendimento aos clientes, os Correios ativa-ram um Plano de Continuidade de Negócios, que prevê o remanejamento de pessoal e o reforço das atividades operacionais. [PÁGINA 2](#)

MANIFESTAÇÃO

LULA MARQUES/ABRASIL



Andrei nega que PF tenha monitorado Mendonça

O diretor-geral da Polícia Fe-deral (PF), Andrei Rodrigues (fo-to), afirmou nesta sexta-feira) em sua manifestação ao minis-tro Edson Fachin, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), que relatórios de inteli-gência produzidos pela corpora-ção e enviados à Corte, por de-terminação do ministro Alexan-dre de Moraes, foram elabora-dos de forma regular e não confi-guraram monitoramento de au-toridades. Andrei Rodrigues sustentou que sua atuação se li-mitou ao cumprimento de uma ordem judicial e pediu que seja rejeitado seu afastamento do cargo. "Não existiu, em absoluto, qualquer monitoramento ilícito de Ministro deste STF e tampou-co do Ilmo. Advogado-Geral da União. Os documentos que fo-ram questionados pela decisão proferida na Pet 16662 não são decorrentes de ações de vigilân-cia, colta'clandestina de dados", sustentou o delegado. [PÁGINA 7](#)

IBGE

IPCA tem deflação de 0,32% em agosto; menor em 4 anos

O Bônus de Itaipu e a queda de preço dos alimentos e dos trans-portes fizeram a inflação oficial de agosto fechar em -0,32%, a menor taxa desde agosto de 2022, quando o índice alcançou -0,36%. Em ju-lho, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) foi 0,07%. Em agosto de 2025, -0,11%. Os dados foram divulgados nesta

sexta-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A variação negativa de agosto fez o índice acumular 4,22% em 12 me-ses – menor valor desde março de 2026 (4,14%). Em julho, a soma es-tava em 4,44%. O IPCA do mês passado veio abaixo da estimativa do mercado. [PÁGINA 2](#)

TRAMITAÇÃO

VICTOR PIEMONTE/ STF



André Mendonça quebra o sigilo de quase 40 processos no STF

O ministro André Mendonça (**foto**), do Supremo Tribunal Fede-ral (STF), determinou nesta sexta-feira o levantamento do sigilo de 39 processos que tramitam na Corte. A decisão atende, em parte, a pedido da Procuradoria Geral da República (PGR), que havia solici-tado a abertura de 18 processos. Entre os procedimentos estão in-vestigações e petições relacionadas a políticos e apurações condu-zidas pelo STF. Segundo Mendonça, os processos não têm relação com o objeto da sessão extraordinária do STF marcada para a pró-xima terça-feira, que vai decidir se o ministro Alexandre de Moraes será investigado por suposta relação com o banqueiro Daniel Vor-caro, ex-dono do Banco Master. Além dos 18 procedimentos indi-cados pela PGR, o ministro determinou por iniciativa própria o le-vantamento do sigilo de outros 21 processos, incluindo os Inquéri-tos 5.050 e 5.070 e diversas petições. Entre os procedimentos com sigilo derrubado está a Petição 16.369, relacionada à investigação sobre o filme Dark Horse, que apura suspeitas envolvendo recursos destinados à produção da obra, que é uma cinebiografia do ex-pre-sidente Jair Bolsonaro. [PÁGINA 7](#)

STF

Zanin cobra acesso a dados do celular de Daniel Vercaro

[PÁGINA 7](#)

FICHA SUJA

TRE rejeita candidatura de Garotinho

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ) indeferiu nes-ta sexta-feira, por unanimidade, o registro de candidatura de Anthony Garotinho (Republicanos) ao governo do estado. A decisão foi tomada pelo colegiado durante sessão no Palácio da Democracia, a sede do TRE-RJ. Segundo o tribunal, Garotinho não atende às condições de elegibili-dade. A decisão considera uma condenação por ato doloso de improbi-dade administrativa de 2018, com dano ao erário e enriquecimento ilícito

de terceiros. A condenação determinou a suspensão dos direitos políti-cos de Garotinho, o que impede a possibilidade de votar e ser votado. À época, o Tribunal de Justiça do Rio o acusou de desviar R\$ 234,4 milhões da Secretaria de Saúde entre 2005 e 2006. Neste período, a mulher dele, Rosinha Matheus, governava o estado. A decisão do TRE-RJ também aponta a incidência da Lei da Ficha Limpa, que estabelece hipóteses de inelegibilidade por oito anos para pessoas condenadas. [PÁGINA 8](#)

INDICADORES

IBOVESPA (-0,93%) / 185.629,04 / -1.737,80 / Volume: 26.801.673.778 / Negócios: 3.731.065										Bolsas no mundo				Salário mínimo	R\$ 1.621,00	IGP-M	-0,22% (ago.)	EURO turismo		
Mais Negociados			Maiores Altas			Maiores Baixas			Fechamento		%		Ufir-RJ	R\$ 4,9604	IPCA-15	-0,40% (ago.)	Compra: 6,0074	Venda: 6,1874		
	Preço	Oscil.		Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.										
PMAM3	0,41	-16,33	-0,08	ESTR4	1,47	+17,60	+0,22	PMAM3F	0,41	-16,33	-0,08	Dow Jones	52.380,66	-0,77						
B3SA3	17,29	-1,98	-0,35	SEQL3F	0,070	+16,67	+0,010	PMAM3	0,41	-16,33	-0,08	S&P 500	7.636,36	-0,48						
PETR4	48,42	+0,69	+0,33	AZTE3F	1,760	+15,79	+0,240	OSXB3	1,05	-14,63	-0,18	US Tech 100	28.667,2	-0,23						
												Euronext 100	1.896,69	-1,27						
CSNA3	7,11	+7,40	+0,49	AMAR3	0,90	+15,38	+0,12	SEQL3	0,060	-14,29	-0,010	CAC 40	8.156,67	-1,94						
BBAS3	22,18	-1,86	-0,42	AZTE3	1,730	+15,33	+0,230	AZEV3	7,32	-12,34	-1,03	FTSE 100	10.670,06	-1,31						
													TR							
													(10/09)	0,1709%						
													Poupança							
													(10/09)	0,6718%						

MERCADOS

Bolsa tem recuo de 0,56%, aos 187,20 mil pontos; dólar sobe

JULIANA MACHADO/AE

O movimento da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) nesta sexta-feira foi marcado por um aumento da cautela ao longo da tarde, refletindo o receio dos investidores de ficarem muito expostos ao risco político durante o fim de semana.

O Índice Bovespa (Ibovespa) se afastou da mínima no fim do dia em um movimento de acomodação, mas, mesmo assim, terminou em baixa de 0,56%, aos 187.206,89 pontos, com giro financeiro de R\$ 17 bilhões. Ibovespa assegurou ganhos na semana, acumulando alta de 1,11% - quarta semana seguida de desempenho positivo. No mês até aqui, o avanço é de 5,52%; no ano, 16,2%.

DÓLAR

Após recuar pela manhã e oscilar ao redor da estabilidade no início da tarde, o dólar ganhou força nas últimas horas do pregão e terminou a sexta-feira, em alta firme, na casa de R\$ 5,12. A taxa de câmbio aproximou-se dos níveis de fechamento da sexta-feira passada, quando ainda não estava completamente delineado o quadro de empate técnico na corrida presidencial.

Após tocar máxima de R\$ 5,133, o dólar à vista terminou a sessão em alta de 0,44%, a R\$ 5,1254, reduzindo as perdas na semana a 0,11%. O real amargou nesta sexta o pior desempenho entre as moedas mais líquidas, seguido de perto pela rupia indiana.

20027

Consulta propõe R\$ 1,61 bilhão da CDE para o Luz Para Todos

RENAN MONTEIRO/AE

O Ministério de Minas e Energia (MME) detalhou nesta sexta-feira, a abertura de consulta pública com a proposta de R\$ 1,61 bilhão em recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para o programa Luz Para Todos. Do orçamento proposto para 2027, cerca de R\$ 850,5 milhões serão destinados ao atendimento de famílias em regiões remotas da Amazônia Legal. Já a parcela restante, de R\$ 757,2 milhões, às áreas rurais.

A portaria com a abertura da consulta pública foi publicada em edição extra do Diário Oficial da União da quinta-feira passada.

O dinheiro será necessário para levar energia elétrica a 67 mil novas famílias potencialmente beneficiárias da política pública, em 2027. Ainda de acordo com a pasta, a "carteira de investimentos" do Luz Para Todos passa de R\$ 5 bilhões, destinada à am-

pliação do acesso à energia elétrica em áreas rurais e regiões remotas do Brasil. Para o próximo ano, 31 contratos ou tranches (parcela contratual) devem avançar.

O governo diz que o programa ampliou o atendimento prioritário a famílias de baixa renda, povos indígenas, comunidades quilombolas, ribeirinhas, extrativistas e demais povos tradicionais, além de escolas, unidades de saúde e outras estruturas comunitárias.

Oficialmente, o programa tem duração prevista até 31 de dezembro de 2028, tanto para o atendimento da população rural quanto para as regiões remotas da Amazônia Legal.

"A programação de 2027 busca, assim, compatibilizar os recursos com o estágio das obras em andamento e com a ampliação dos atendimentos necessários para avançar na universalização do acesso à energia elétrica no País", disse o MME.

SUPERINTENDÊNCIA

Cade aprova venda de serviços telefônicos da Oi à Método

CIRCE BONATELLI/AE

A Superintendência Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovou, sem restrições, a venda da operação de serviços telefônicos da Oi para a companhia Método Telecomunicações.

A decisão de aprovação da superintendência se tornará definitiva no prazo de 15 dias corridos contados a partir de sua publicação no Diário Oficial da União.

A informação foi confirma-

da pela Oi, em comunicado ao mercado nesta sexta-feira. O comunicado foi assinado pelos representantes da massa falida da empresa.

"A companhia prosseguirá com as providências necessárias para o cumprimento das demais condições precedentes usuais para operações dessa natureza previstas no contrato de compra e venda de ações e outras avenças para a implementação da operação", informou os representantes da massa falida da Oi, no documento.

IBGE

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

O Bônus de Itaipu e a queda de preço dos alimentos e dos transportes fizeram a inflação oficial de agosto fechar em -0,32%, a menor taxa desde agosto de 2022, quando o índice alcançou -0,36%.

Em julho, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) foi 0,07%. Em agosto de 2025, -0,11%. Os dados foram divulgados nesta sexta-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A variação negativa de agosto fez o índice acumular 4,22% em 12 meses - menor valor desde março de 2026 (4,14%). Em julho, a soma estava em 4,44%.

O IPCA do mês passado veio abaixo da estimativa do mercado. O Boletim Focus da última terça-feira, sondagem do Banco Central (BC) com agentes do mercado financeiro, projetou a inflação de agosto em -0,23%. Para o fim de 2026, a expectativa do mercado é de 5%.

A meta de inflação estipulada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) é de 3%, com tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos, ou seja, um intervalo de 1,5% a 4,5%.

Desde o início de 2025, o período de avaliação da meta é referente aos 12 meses imediatamente passados e não apenas o alcançado no fim do ano (dezembro). A meta é considerada descumprida se a inflação estourar o intervalo de tolerância por seis meses seguidos.

INFLUÊNCIAS

Dos nove grupos pesquisados pelo IBGE, quatro apresentaram deflação em agosto.

- Alimentação e bebidas: -0,34% (impacto de -0,07 ponto percentual);
- Habitação: -1,87% (-0,29 p.p.);

Artigos de residência: 0,64% (0,02 p.p.);

- Vestuário: 0,12% (0,00 p.p.);
- Transportes: -0,86% (-0,17 p.p.);
- Saúde e cuidados pessoais: 0,23% (0,03 p.p.);
- Despesas pessoais: 1,30% (0,13 p.p.);
- Educação: 0,47% (0,03 p.p.);
- Comunicação: -0,09% (0,00 p.p.).

O grupo habitação teve a deflação mais profunda para o mês desde o início do Plano Real, em 1994.

TEMPO INDETERMINADO

Trabalhadores dos Correios entram em greve em todo Brasil

RAYANDERSON GUERRA/AE

Os trabalhadores dos Correios iniciaram uma greve nacional por tempo indeterminado nesta sexta-feira, após o término das negociações da campanha salarial sem um acordo entre a empresa e a Federação Interestadual dos Empregados da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Finnect).

O impasse principal envolve propostas de alterações no plano de saúde dos empregados por

parte da direção da estatal, tema sem consenso mesmo após rodadas de negociação e tentativas de mediação no Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Para conter o impacto das paralisações nas entregas e no atendimento aos clientes, os Correios ativaram um Plano de Continuidade de Negócios, que prevê o remanejamento de pessoal e o reforço das atividades operacionais.

De acordo com a estatal, os Correios apresentaram uma proposta que contemplava 78 das 80

cláusulas do acordo coletivo.

"A empresa esteve empenhada na construção de uma solução negociada e apresentou uma proposta que contemplava 78 das 80 cláusulas do acordo coletivo vigente. Entre os pontos, estão o reajuste de 100% do INPC sobre salários e benefícios, com vigência a partir de 1º de agosto, e a manutenção da assistência à saúde dos empregados", diz em nota.

A paralisação ocorre em um cenário financeiro delicado para a

estatal. Os Correios registraram prejuízo líquido de R\$ 5,55 bilhões no primeiro semestre de 2026, alta de 30,36% ante o resultado negativo de R\$ 4,26 bilhões de igual período de 2025.

No segundo trimestre, o prejuízo líquido foi de R\$ 2,39 bilhões, queda de 5,5% em relação ao prejuízo de R\$ 2,53 bilhões registrado no mesmo período de 2025. Na comparação com o primeiro trimestre de 2026, quando o prejuízo foi de R\$ 3,16 bilhões, houve redução de 24,4%.

2026

Minha Casa: conselho do FGTS eleva subsídios

GABRIEL BRUM/ABRASIL

O Conselho Curador do FGTS aprovou ontem um aumento de R\$ 500 milhões de subsídios para o programa Minha Casa, Minha Vida em 2026. O valor subiu de R\$ 12,5 bilhões para R\$ 13 bilhões. A

alteração vale apenas para este ano. O plano plurianual de 2027 a 2029 será discutido na próxima reunião do conselho, prevista para o fim de outubro. O recurso é utilizado para a concessão de descontos nos imóveis das faixas 1 e 2 do programa habitacional, que

atendem famílias com renda de até R\$ 5 mil por mês. O valor não precisa ser devolvido ao fundo, ele serve para ajudar o beneficiário a pagar o imóvel. O coordenador-geral de Gestão do FGTS do Ministério das Cidades, Johnny Ferreira dos Santos, afirmou que o novo

valor garante a nova projeção, que é de usar R\$ 12,6 bilhões em subsídios, e deixa uma margem de segurança. "Do ponto de vista operacional, na execução do final do exercício, você tem a questão dos recursos dentro das unidades dos agentes financeiros.

Balancos patrimoniais individuais e consolidados - Em 31/12/25 e 2024 (Em MR\$)						
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		
		2025	2024	2025	2024	
Circulante		22.742	19.544	28.711	26.800	
Caixa e equivalentes de caixa	4	39	201	198	367	
Aplicações financeiras	5	14.695	12.612	14.695	12.612	
Contas a receber	6	6.863	5.927	11.330	11.165	
Outras contas a receber		-	16	849	1.371	
Impostos a recuperar		1.145	788	1.639	1.285	
Não circulante		384.126	423.712	348.039	417.141	
Tributos diferidos	22.1	-	-	-	23.322	
Depósitos judiciais	7	643	608	663	628	
Custos amortizáveis	8	3.847	3.878	4.167	3.878	
Terenos a comercializar		-	7.152	-	7.152	
Propriedade para investimento	10	168.000	191.050	336.000	382.100	
Imobilizado	9	7.208	61	7.209	61	
Investimentos	11	204.428	220.963	-	-	
Total do ativo		406.868	443.256	376.750	443.941	
Passivo e patrimônio líquido						
Passivo						
Circulante		29.701	19.512	30.248	20.043	
Fornecedores		980	980	984	983	
Impostos e contribuições a recolher	13	230	229	464	450	
Salários e encargos		189	194	190	192	
Receitas diferidas		101	101	315	315	
Adiantamento para futuro aumento de capital		952	428	952	428	
Outras obrigações a pagar		634	241	728	336	
Empréstimos e financiamentos	12	20.081	17.339	20.081	17.339	
Dividendos a pagar		6.534	-	6.534	-	
Não circulante		101.218	108.272	70.553	108.426	
Provisão para contingências	14	528	528	528	528	
Tributos diferidos	22.1	51.027	58.689	19.816	58.689	
Receitas diferidas		-	-	546	154	
Empréstimos e financiamentos	12	34.570	48.875	34.570	48.875	
Dividendos a pagar		15.093	-	15.093	-	
Patrimônio líquido	16	275.949	315.472	275.949	315.472	
Capital social		72.050	25.796	72.050	25.796	
Reserva de lucros		203.899	289.676	203.899	289.676	
Total do passivo e patrimônio líquido		406.868	443.256	376.750	443.941	
Demonstrações individuais e consolidadas do resultado abrangente em 31/12/25 e 2024 (Em MR\$)						
		Controladora		Consolidado		
		2025	2024	2025	2024	
(Prejuízo)/lucro líquido do exercício		(10.212)	123.397	(10.212)	123.397	
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	
Total do resultado abrangente do exercício		(10.212)	123.397	(10.212)	123.397	
Demonstrações individuais e consolidadas das mutações do patrimônio líquido						
Em 31/12/25 e 2024 (Em MR\$)						
		Reserva de lucros				
		Capital Social	Reserva legal	Reserva de investimento e de lucros acumulados	Lucros	
Saldos em 31/12/23		25.796	5.158	167.776	-	- 198.730
Dividendos pagos de exercícios anteriores		-	-	(1.140)	-	(1.140)
Lucro do exercício		-	-	-	123.397	123.397
Destinação do resultado:						
Juros sobre capital próprio		-	-	-	(5.515)	(5.515)
Transferência de lucros para reservas		-	-	18.342	99.540	(117.882)
Saldos em 31/12/24		25.796	5.158	184.978	99.540	- 315.472
Aumento de Capital Social		46.254	-	(46.254)	-	-
Deliberação de dividendos		-	-	(9.594)	(12.034)	(21.628)
Dividendos pagos no Exercício		-	-	-	(280)	(280)
Prejuízo do exercício		-	-	-	(10.212)	(10.212)
Destinação do resultado:						
Juros sobre capital próprio		-	-	-	(7.403)	(7.403)
Absorção do prejuízo do exercício		-	-	(17.615)	17.615	-
Transferência entre reservas		-	-	(111.515)	111.515	-
Saldos em 31/12/25		72.050	5.158	- 198.741	- 275.949	

Notas explicativas: 1. **Contexto operacional:** A Cia. é uma S.A. de capital fechado, estabelecida e domiciliada no Brasil, a Av. Rio Branco, 123/12º, Grupo 1201, Centro/RJ e tem como atividade principal a participação em empreendimentos imobiliários. Atualmente a Cia. vem operando preponderantemente na participação direta e exploração econômica do Shopping Center de Nova Iguaçu - RJ. A Cia. possui 50% do shopping center inaugurado em 28/10/96. Em 30/04/24, a Cia. adquiriu a SPE Fortuna Gestão e Participações Ltda, detentora dos outros 50%, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 11. O Shopping Center é região através de uma estrutura denominada Condomínio “Pro Indiviso” - CPI. O Shopping Center não é pessoa jurídica, mas unidade operada sob uma convenção pela qual os proprietários (empreendedores) dividem todas as receitas, custos e despesas. A convenção de CPI é uma opção permitida pela legislação brasileira por um período de cinco anos podendo ser renovada. Por meio da convenção de CPI cada co-empresendedor possui uma participação sobre toda a propriedade à qual é indivisível. Em 31/12/25, a Cia. detém a representação legal e a administração do Shopping Center anteriormente mencionado. 2. **Apresentação das DF’s e principais práticas contábeis:** 2.1. **Apresentação das DF’s:** a) **D Declaração de conformidade:** As DF’s foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo CPC. As DF’s foram aprovadas pela Diretoria da Cia. em 08/09/26. b) **Moeda funcional e de apresentação:** As DF’s estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Cia. c) **Base de mensuração:** As DF’s foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma. d) **Base de consolidação: Investimento em controlada:** As DF’s consolidadas compreendem as DF’s da controladora e de sua controlada. Na elaboração das DF’s individuais e consolidadas, foram utilizadas informações financeiras da controlada encerrada na mesma data-base e consistentes com as políticas contábeis da Cia. A base de consolidação da Cia. inclui: **Controlada Direta:** SPE Fortuna Gestão e Participações Ltda; **Participação (%)**: 100%. e) **Uso de estimativas e julgamentos:** A elaboração das informações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Diretoria da Cia. faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados podem divergir dessas estimativas, as quais são revistas continuamente. 2.2. **Resumo das principais práticas contábeis adotadas:** As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas DF’s estão descritas a seguir e estão consistentes com aquelas apresentadas no exercício anterior: 2.2.1 **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo (três meses ou menos a contar da data de contratação) com liquidez imediata em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Cia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrada no resultado do período. 2.2.2 **Contas a receber:** Consiste substancialmente em aluguéis a receber de clientes, bem como a CDU correspondente aos valores a receber no decurso normal das atividades da Cia. Os aluguéis a receber de clientes ficam classificados no circulante quando o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos caso contrário estará apresentado no ativo não circulante. Os aluguéis a receber são reconhecidos pelos seus respectivos valores justos sendo posteriormente mensurados ao CA. 2.2.3 **Ativos financeiros:** 2.2.3.1 **Reconhecimento inicial e mensuração:** Ativos financeiros no reconhecimento inicial são mensurados ao CA e subsequentemente mensurados ao VJORA ou ao VJR. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Cia. para a gestão destes ativos financeiros. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Cia. tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47. Vide políticas contábeis na Nota Explicativa nº 2.2.11. Reconhecimento de receitas. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo CA ou pelo VJORA ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. O modelo de negócios da Cia. para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. 2.2.3.2 **Ativos financeiros ao CA (instrumentos de dívida):** A Cia. mensura os ativos financeiros ao CA se ambas as seguintes condições forem atendidas: (a) O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; (b) Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem em datas especificadas a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao CA são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Cia. ao CA incluem contas a receber de clientes e outras contas a receber. Os ativos financeiros da Cia. ao VJR incluem principalmente as aplicações financeiras. 2.2.3.3 **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** A Cia. reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo VJR. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Cia. espera receber, descontadas a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. 2.2.4. **Passivos financeiros:** 2.2.4.1 **Reconhecimento inicial e mensuração:** Os passivos financeiros são classificados no reconhecimento inicial como passivos financeiros ao VJR e contas a pagar conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao VJR os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Cia. incluem fornecedores e outras contas a pagar. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao VJR são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Cia. não designou nenhum passivo financeiro ao VJR. 2.2.5. **Investimentos:** Nas DF’s, da Cia., as informações financeiras de controlada são reconhecidas por meio do método da equivalência patrimonial. 2.2.6. **Propriedades para investimento:** É definida como propriedade (terreno, edificações, parte de edificações ou ambos) mantida pelo proprietário ou pelo arrendatário segundo contrato de arrendamento operacional para rendimento de aluguéis, valorização ou ambos e não para: (a) Uso na produção de bens ou serviços ou para fins administrativos; (b) Venda no curso das atividades normais do negócio. A Cia. é proprietária de 100% do Iguaçu Top Shopping (Shopping Center) que é mantido para auferir receitas de aluguel de longo prazo, sendo 50% através da participação direta e 50% através da participação da SPE Fortuna Gestão e Participações, cuja participação da Cia. é de 100% a partir de 01/05/24. Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo incluindo custos da transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos excluindo os custos do serviço diário da propriedade para investimento. Após o reconhecimento inicial propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo que reflete as condições de mercado na data do balanço. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que forem gerados. 2.2.6.1. **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente e/ou quando ocorre algum evento específico o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas são lançadas ao resultado do exercício quando identificadas. 2.2.7. **Fornecedores:** Os saldos a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, os saldos a pagar aos fornecedores são apresentados como passivo não circulante. 2.2.8. **Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*). A Cia. mantém financiamento referente a aquisição da SPE Fortuna, inicialmente reco-

MARCELLINO MARTINS IMOBILIÁRIA S.A.

CNPJ Nº 33.520.438/0001-50

Demonstrações individuais e consolidadas do resultado 31/12/25 e 2024 (Em MR\$, exceto quando demonstrado de outra forma)					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita operacional líquida	17	17.775	16.730	36.693	34.235
Custos de aluguéis e serviços	18	(3.907)	(4.191)	(7.814)	(8.548)
Lucro bruto		13.868	12.539	28.879	25.687
Receitas/(despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	19	(5.311)	(5.139)	(7.147)	(5.155)
Despesas comerciais	20	(326)	200	(652)	(6.608)
Perda no ajuste a valor justo	10	(23.050)	(1.050)	(46.100)	(1.050)
Resultado de equivalência patrimonial	11	(2.201)	79.546	-	-
Outras receitas	11	-	37.875	-	89.560
Resultado antes do efeito financeiro		(17.020)	123.971	(25.020)	102.434
Receitas/(despesas) financeiras					
Receitas financeiras	21	3.213	2.266	3.366	2.827
Despesas financeiras	21	(4.132)	(2.774)	(4.134)	(4.751)
		(919)	(508)	(768)	(1.924)
(Prejuízo)/lucro antes dos impostos		(17.939)	123.463	(25.788)	100.510
Provisão para o IRPJ/CSSL correntes	22	(115)	(302)	(155)	(306)
Provisão para o IRPJ/CSSL diferidos	22	7.842	236	15.731	23.193
(Prejuízo)/lucro líquido do exercício		(10.212)	123.397	(10.212)	123.397
Ações em circulação		19.145	19.145	19.145	19.145
(Prejuízo)/lucro por ação		(0,53)	6,45	(0,53)	6,45

Demonstrações individuais e consolidadas dos fluxos de caixa em 31/12/25 e 2024 (Em MR\$)					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
(Prejuízo)/lucro antes do IR e contribuição social		(17.939)	123.463	(25.788)	100.510
Ajustes para conciliar o resultado do exercício com o caixa operacional gerado					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		153	(471)	1.848	6.066
Rendimentos sobre aplicações financeiras de renda fixa		(1.908)	(2.089)	(1.908)	(2.634)
Resultado em aplicações de renda variável		(174)	(114)	(174)	(114)
Juros sobre empréstimos		4.130	2.772	4.130	2.772
Depreciação		5	3	85	3
Variação no valor justo da propriedade para investimento		23.050	1.050	46.100	(52.029)
Valor justo de ativos adquiridos		-	(37.280)	-	(36.482)
Compra vantajosa		-	(595)	-	-
Resultado de equivalência patrimonial		2.201	(79.546)	-	-
Constituição de tributos diferidos		(7.842)	-	(15.731)	(22.957)
Outros		-	-	(157)	7.487

Variações nas contas de ativo e passivo:					
Contas a receber	(704)	194	(1.475)	(14.488)	
Outras contas a receber	16	52	1.492	1.916	
Impostos a recuperar	(357)	(788)	(8.190)	(788)	
Depósitos judiciais	(35)	-	(35)	-	
Fornecedores	-	(19)	(1)	(297)	
Impostos e contribuições a recolher	1	(269)	2	(93)	
Salários e encargos	(5)	(14)	387	(14)	
Receita diferidas	-	(3)	-	(3)	
Outras obrigações a pagar	393	(116)	393	(116)	
IR e contribuição social	-	(302)	-	(556)	
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	985	5.928	978	(11.817)	
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
(Aplicações) Resgates das aplicações financeiras, líquidos	7.660	42.846	7.660	60.756	
Custos amortizáveis	31	(2.075)	31	(2.075)	
Participações societárias	-	(111.525)	-	(111.525)	
Recebimentos de dividendos	14.334	7.983	14.334	7.983	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	22.025	(62.771)	22.025	(44.861)	
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Adiantamento para futuro aumento de capital	524	132	524	132	
Dividendos pagos	(600)	(1.140)	(600)	(1.140)	
Juros sobre capital próprio pagos	(7.403)	(5.515)	(7.403)	(5.515)	
Empréstimos e financiamentos - Captações	-	111.525	-	111.525	
Empréstimos e financiamentos - amortizações	(15.693)	(48.083)	(15.693)	(48.083)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(23.172)	56.919	(23.172)	56.919	
Aumento líquido/(redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(162)	76	(169)	241	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	201	125	367	126	
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	39	201	198	367	
Aumento líquido/(redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(162)	76	(169)	241	

nhecido a custo. O passivo é apresentado conforme as condições contratuais, sendo o saldo devedor corrigido pelo IPCA e juros de 2% ao ano. 2.2.9. **Provisões:** São reconhecidas quando a Cia. tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado e provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Cia. espera que o valor de uma provisão seja reembolsado no todo ou em parte por exemplo: por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. 2.2.10. **Tributação:** 2.2.10.1. **IR e contribuição social - correntes:** São calculados com base nas leis tributárias promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas pela Cia. nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões quando apropriado com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. São computados em base mensal sob a sistemática do lucro real anual. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o resultado ajustado nos termos da legislação vigente. A provisão para o IR é constituída pelo montante bruto aplicando-se a alíquota-base de 15% mais o adicional de 10%. 2.2.10.2. **IR e contribuição social - diferidos:** São calculados sobre os prejuízos fiscais do IR e a base negativa de contribuição social. As alíquotas desses impostos definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos são de 25% para o IR e de 9% para a contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. 2.2.10.3. **Impostos sobre receitas:** A Cia. utiliza a sistemática do lucro real a Contribuição ao PIS e é calculada à alíquota de 1,65% aplicada sobre o total das receitas operacionais, ajustadas pelas deduções e exclusões previstas pela legislação em vigor. A COFINS é calculada à alíquota de 7,6% aplicável sobre a mesma base de cálculo do PIS. 2.2.11. **Reconhecimento da receita:** 2.2.11.1. **Receita de aluguel e CDU:** A Cia. reconhece suas receitas de aluguel e CDU pelo método linear durante o período do arrendamento incluída na receita na demonstração do resultado devido à sua natureza operacional. Essas operações são classificadas como arrendamentos operacionais, uma vez que a Cia. não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da posse do ativo. Os contratos de locação de forma geral estabelecem que os locatários devem pagar o maior valor entre um mínimo contratual estipulado e o de uma variável calculado através de um percentual sobre as vendas de cada estabelecimento. Os aluguéis mínimos são ajustados por aumentos fixos regulares ao longo do prazo dos contratos, aluguéis em dobro no mês de dezembro, quando aplicável, e pela inflação. De acordo com o CPC 06 (R1)/IAS 17 - Operações de arrendamento mercantil

DOENÇA

SP confirma mais dois casos de sarampo e total chega a 32

MATHEUS CROBELATTI/ABRASIL

Com o fim da semana epidemiológica 36, nesta sexta-feira, dois novos casos de sarampo foram confirmados na capital paulista. Desta forma, o estado de São Paulo concentra 32 casos em 2026.

Segundo a Secretaria de Saúde, os registros são de uma menina de seis meses, com esquema vacinal incompleto, e de um homem de 28 anos que já tinha tomado a vacina contra a doença.

Das 32 pessoas contaminadas no estado este ano, 29 casos ocorreram na capital, dois em São Bernardo do Campo e um em Guarulhos. Os registros integram cadeias de transmissão

notificadas em agosto. No decorrer de 2026, quatro cadeias foram identificadas e três seguem ativas.

As cadeias ativas em junho, julho e agosto estão sendo monitoradas por equipes de vigilância epidemiológica estadual e municipal. A primeira cadeia foi notificada entre março e abril e está ligada a dois casos importados. A segunda foi encerrada após 12 semanas sem novas ocorrências.

VACINAÇÃO

A principal forma de prevenção contra o sarampo é a vacina tríplice viral, que está disponível em todas as unidades básicas de saúde dos 645 municípios do estado. O imunizante protege contra sarampo, ca-

xumba e rubéola.

A vacinação é indicada para: Crianças

- Aos 12 meses: primeira dose da vacina contra o sarampo
- Aos 15 meses: segunda dose da vacina contra o sarampo

Pessoas de 15 meses a 29 anos

- Devem ter duas doses da vacina contra o sarampo registradas, com intervalo mínimo de 30 dias entre elas.
- Pessoas de 30 a 59 anos
- Devem ter pelo menos uma dose da vacina contra o sarampo registrada na cader-neta.

Trabalhadores da saúde

- Devem ter duas doses da va-

cina, independentemente da idade.

DOSE ZERO PARA BEBÊS

A dose zero da vacina tríplice viral continua sendo aplicada em crianças de 6 meses a 11 meses e 29 dias nos municípios de São Paulo, Guarulhos e São Bernardo do Campo. A dose zero pode ser indicada para crianças dessa faixa etária que tiveram contato com pessoas com suspeita ou confirmação de sarampo, conforme avaliação das equipes de vigilância.

A dose zero não substitui as previstas no calendário. Mesmo que seja vacinada antes de completar 1 ano, a criança deverá receber normalmente a primeira dose aos 12 meses e a segunda aos 15 meses.

CRISE

Haddad diz que é preciso retirar quem faz coisa errada no STF

LULA MARQUES/ABRASIL



DANIEL TOZZI/AE

O ex-ministro da Fazenda e candidato do PT ao governo de São Paulo Fernando Haddad (**foto**) defendeu nesta sexta-feira que, se o Supremo Tribunal Federal (STF) estiver fazendo algo de errado, é preciso retirar da Corte quem está cometendo o erro. O petista disse que acredita nas instituições e que, para aprimorá-las, é preciso "retirar as laranjas podres", sem, no entanto, mencionar diretamente o nome de qualquer autoridade. As declarações foram feitas durante sabatina na Rádio Pop Aparecida.

"Se o Supremo está errado, tira do Supremo quem está criando problema para o Supremo. Se a Polícia Federal tem alguma coisa errada, tira da Polícia Federal o policial que está fazendo errado. Isso vale para qualquer agremiação", disse Haddad, citando que também há denúncias de má conduta entre policiais militares paulistas.

"Três coronéis são suspeitos de vínculos com o PCC. Aí você fala, você vai sair da Polícia Militar? Não. Quem tem que sair é quem faz coisa errada. 99% da corporação é séria. Você vai perguntar para os 99% que são sérios se eles vão deixar de ser policiais militares? Não. Tira o 1% e faz o seu trabalho direito", declarou.

Ao comentar especificamente sobre a crise recente envolvendo o Supremo, Haddad disse que o caminho correto é o de promover a maior transparência possível às investigações. "Eu acredito muito em transparência: quando a luz do sol bate, ela resolve

muitas doenças, inclusive a da corrupção", declarou.

Em seguida, o petista disse que é preciso garantir liberdade para as polícias investigarem e criticou indiretamente o ex-presidente Jair Bolsonaro, que, durante seu mandato, ordenou a troca de comandantes da Polícia Federal.

"É dar transparência e liberdade à polícia para investigar. Porque tem coisa que faz muita diferença de um governo para o outro: tem presidente que troca o delegado pra não ter o filho investigado, parente investigado, amigo investigado. E tem presidente que não troca nada, quer que a coisa chegue até o fim, até a conclusão. Então nós temos muita coisa para fazer. Mas eu quero dizer que eu confio muito nas instituições. E eu acredito no fortalecimento das instituições, tirando a laranja podre de dentro delas", afirmou.

INFRAESTRUTURA

Ao comentar sobre propostas para o Estado de São Paulo, Haddad disse, entre outras coisas, que é preciso ter cooperação com o governo federal, especialmente para viabilizar obras de infraestrutura.

"Nós temos que nos abrir para o governo federal e parar com essa bobagem de São Paulo contra o Brasil. Vamos fazer as coisas juntos. Graças à parceria com o governo federal nós tiramos o túnel Santos-Guarujá do papel, que nunca ia ser feito com dinheiro do Estado", disse Haddad, mencionando também, futuras obras como trens intercidades ligando a capital e cidades do interior paulista.

LIVRO

Crise no STF faz Cármen Lúcia cancelar participação em Bienal

GABRIEL SERPA/AE

A ministra Cármen Lúcia (**foto**), do Supremo Tribunal Federal (STF), cancelou a participação que faria, nesta sexta-feira, na 28ª Bienal Internacional do Livro de São Paulo, que acontece no Anhembi.

O anúncio foi feito nas redes sociais pelo perfil oficial do tradicional evento literário paulista. "Devido a compromissos que exigem sua presença em Brasília, a ministra não poderá participar."

A magistrada participaria de uma conversa, na manhã desta sexta-feira, com a antropóloga Lília Schwarcz sobre representatividade feminina no Brasil. Pela tarde, a presença de Cármen Lúcia era esperada para um debate sobre democracia,

na Arena Cultural, às 16h30.

A Bienal confirmou que, apesar da ausência da ministra do Supremo, as duas mesas foram mantidas com os demais convidados.

Desde as últimas semanas, a Suprema Corte brasileira enfrenta a mais profunda crise institucional após o Estadão detalhar no dia 1º de setembro as principais vertentes da relação entre o ministro Alexandre de Moraes e o banqueiro Daniel Vercaro, entre elas pedidos reiterados do banqueiro para que o ministro intervisse junto ao delegado Andrei Rodrigues e ao procurador-geral da República, Paulo Gonet, com o objetivo de travar as investigações sobre negócios fraudulentos do Master; a participação de Moraes na edição de um contrato de R\$ 131

LULA MARQUES/ABRASIL



milhões entre Viviane Moraes e Vercaro; conversas sobre uma possível saída do banqueiro do País antes de sua prisão; cobran-

MORUMBI

Quadrilha armada invade mansão faz família refém e rouba carro de luxo

LEONARDO SIQUEIRA/AE

Uma quadrilha com cerca de dez criminosos armados manteve uma família refém por aproximadamente uma hora durante um assalto a uma mansão no Morumbi, zona sul de São Paulo, na madrugada do último domingo. O crime causou um prejuízo estimado em R\$ 150 mil.

De acordo com o boletim de ocorrência, os assaltantes fugiram levando uma Mercedes-Benz, avaliada em cerca de R\$ 90 mil, um PlayStation 5, relógios de luxo e outros objetos de valor. Apenas os demais bens roubados, sem contar o veículo, foram avaliados em cerca de R\$ 66 mil.

Segundo o boletim, as vítimas são um casal de 69 e 71 anos e o neto deles, de 13. Elas relataram à polícia que dois dos invasores aparentavam ser menores de idade. Outros dois estavam armados, sendo que um deles falava com sotaque espanhol.

A quadrilha chegou até a residência por volta da 1h, enquanto as três vítimas dormiam. Quadr

tro criminosos entraram no imóvel armados com pistolas e revólveres, enquanto outros seis permaneceram do lado de fora.

O homem de 71 anos foi acordado com um revólver apontado para a cabeça e rendido. Em seguida, os três foram levados para a sala de estar, onde permaneceram sob vigilância enquanto os criminosos vasculhavam e saqueavam os cômodos da casa, conforme o boletim.

Após a fuga, as vítimas relataram que os assaltantes acessaram as contas bancárias da mu-

lher de 69 anos por meio do celular dela. Foram realizadas transferências que somaram R\$ 1.600, além de três compras no valor total de R\$ 161. Segundo o boletim de ocorrência, os criminosos também passaram a enviar mensagens com ameaças à família.

O caso foi registrado no 89º Distrito Policial (Jardim Taboão) e é investigado pela Polícia Civil. As diligências prosseguem para identificar, localizar e prender os suspeitos, disse a Secretaria de Segurança Pública (SSP).

CONDENADO

Após alerta do Smart Sampa, GCM prende foragido por violência sexual

Após alerta do Smart Sampa, a Guarda Civil Metropolitana (GCM) prendeu, na manhã desta sexta-feira, um foragido da Justiça que tem a cumprir mais de 13 anos em regime fechado por violência sexual contra vulnerável. Ele foi detido dentro da Unidade Básica de Saúde (UBS), no Jardim Helena, na Zona Leste.

Guardas civis foram para o local assim que receberam o alerta do Smart Sampa de que

um homem havia sido reconhecido como foragido, segundo o banco de dados da Justiça. Durante a abordagem, o homem foi identificado como R. G. S., 58 anos. O serviço na UBS não foi alterado com a ação da GCM.

Contra o criminoso há mandado de prisão expedido pela 2ª Vara de Crimes praticados contra Crianças e Adolescentes do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP). Por se tratar de condenação transitada em julgado, não

há mais recursos.

A Guarda conduziu o criminoso para o 50º Distrito Policial, no Itaim Paulista, onde foi registrado boletim de ocorrência por captura de foragido. O foragido ficou à disposição da Justiça.

Tecnologia a serviço da segurança pública

Com 50 mil câmeras estrategicamente distribuídas por todas as regiões da cidade, o Smart Sampa, considerado o mais completo sistema de mo-

nitoramento inteligente da América Latina, ultrapassou a marca de 3.500 foragidos da Justiça capturados pela Guarda Civil Metropolitana (GCM).

Desde sua implementação em novembro de 2024, o reconhecimento facial também já possibilitou mais de 6.400 prisões em flagrante, a localização de 265 pessoas desaparecidas e 3.619 ocorrências envolvendo veículos roubados, furtados ou adulterados.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/ME nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª (PRIMEIRA) E DA 2ª (SEGUNDA) SÉRIE DA 82ª (OCTOGÉSIMA SEGUNDA) EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos certificados de recebíveis imobiliários, das 1ª e 2ª séries, da 82ª (octogésima segunda) Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Faria Lima, 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, São Paulo/SP, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/ME") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Títulos dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o "Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 1ª e 2ª Séries de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 82ª Emissão da Canal Companhia de Securitização", conforme aditado ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia Especial"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 05 de outubro de 2026, às 15:00 (quinze) horas, de modo exclusivamente digital. A Assembleia Especial de será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação dos Titulares dos CRI, conforme previsto neste edital. A Assembleia Especial será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovar a substituição do atual Agente Fiduciário pela OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade anônima com filial situada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 12.901, 11º andar, conjuntos 1101 e 1102, Torre Norte, Centro Empresarial Nações Unidas (CENU), Brooklin, CEP 04.578-910, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0004-34 ("Novo Agente Fiduciário"), neste ato devidamente representada na forma de seu Contrato Social, para atuar na qualidade de agente fiduciário, nos termos da Resolução CVM nº 17, conforme proposta que seguirá anexa à Ata de Assembleia; Fica consignado que a Emissora e o Agente Fiduciário estão autorizados a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos necessários à efetivação da deliberação. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail juridico@canalsecuritizacao.com.br com cópia para o e-mail: fiduciario@trusteedvm.com.br, indicando no assunto "AGT – CRI HUM (82)", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizacao.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 12 de setembro de 2026.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO - Alejandro Pontes de Bessa Merino Reyna - Diretor de Securitização

STF

Vorcaro: depoimento marcado para dia 15, deve ser adiado

LÓREN SOUZA/AE

A Polícia Federal marcou para 15 de setembro, próxima terça-feira, o depoimento de Daniel Vorcaro sobre irregularidades envolvendo o Banco Master e fraudes em operações com o Banco de Brasília (BRB).

A oitiva do banqueiro já tinha sido marcada para o final de agosto, mas foi adiada a pedido da defesa. Um novo adiamento deve ocorrer sob a alegação de que os advogados não tiveram acesso integral aos documentos necessários.

A data atual coincide com a sessão do Supremo Tribunal Federal (STF) que decide se o ministro Alexandre de Moraes será investigado por troca de mensagens com o Vorcaro. No entanto, há movimentações na Suprema Corte para que o encontro seja reagendado para que haja tempo hábil para analisar todo o material que foi tornado público entre quinta e sexta-feira.

O banqueiro foi preso em novembro do ano passado quando tentava fugir do país. Ele era alvo de uma investigação sobre emissão de títulos de crédito falsos para instituições financeiras. No dia de sua prisão, o Banco Central liquidou o Banco Master.

SÃO PAULO

Marina e Simone têm 13% para o Senado; André 11%; Derrite 10%

MARIA MAGNABOSCO/AE

Marina Silva (Rede) e Simone Tebet (PSB) têm 13% das intenções de voto na disputa pelas duas vagas ao Senado por São Paulo, segundo pesquisa Datafolha divulgada nesta sexta-feira. André do Prado (PL) aparece com 11% e Guilherme Derrite (PP), com 10%. Os quatro estão tecnicamente empatados dentro da margem de erro de dois pontos percentuais.

Ricardo Salles (Novo) registra 5%. Geraldo Rufino (Podemos) e Guto Schiavetto (Missão) têm 3% cada. Soninha Francine (Cidadania), Marcio Alves (UP), Dra. Eliana Ferreira (PSTU), William Teixeira (Agir) e Maíra de Souza (UP) aparecem com 2% cada. Ednelson Cesaretto (PCO) tem 1%, enquanto Weller Gonçalves (PSTU) e Petter Maahs (PCB) não pontuaram. Brancos, nulos ou nenhum somam 18% e os indecisos, 14%.

O cenário considera as menções para a primeira e a segunda vagas ao Senado em um total reduzido a 100%, mantendo a proporção entre candidatos, votos brancos e nulos e indecisos.

Os resultados não podem ser comparados diretamente com a rodada anterior porque Guto Schiavetto passou a integrar a lista de candidatos testados nesta pesquisa. No momento do registro do levantamento anterior, o candidato do Missão ainda não constava no sistema do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

PRIMEIRO VOTO

Considerando apenas a primeira escolha para o Senado, Marina Silva, Simone Tebet e Guilherme Derrite registram 15% cada. André do Prado aparece com 13%.

Ricardo Salles e Geraldo Rufino têm 3% cada. Guto Schiavetto, Maíra de Souza e Marcio Alves registram 2% cada. Dra. Eliana Ferreira, Soninha Francine e William Teixeira têm 1% cada. Ednelson Ce-

Desde que foi detido, novas investigações apontam uma rede ampla envolvendo políticos de vários partidos e cargos nos Poderes Executivo e Legislativo. Além disso, membros do Judiciário, como Dias Toffoli e Alexandre de Moraes também são citados no rol de relacionamentos do banqueiro.

Desde as últimas semanas, a Suprema Corte brasileira enfrenta a mais profunda crise institucional após o Estadão detalhar no dia 1º de setembro as principais vertentes da relação entre o ministro Alexandre de Moraes e o banqueiro Daniel Vorcaro, entre elas pedidos reiterados do banqueiro para que o ministro interviesse junto ao delegado Andrei Rodrigues e ao procurador-geral da República, Paulo Gonet, com o objetivo de travar as investigações sobre negócios fraudulentos do Master; a participação de Moraes na edição de um contrato de R\$ 131 milhões entre Viviane Moraes e Vorcaro; conversas sobre uma possível saída do banqueiro do País antes de sua prisão; cobranças relacionadas a pagamentos ao escritório Barci de Moraes; e a autorização de cartões de crédito com limite de R\$ 300 mil para os filhos do ministro.



ABRASIL

saretti, Weller Gonçalves e Petter Maahs não pontuaram. Brancos, nulos ou nenhum somam 16% e os indecisos, 11%.

SEGUNDO VOTO

Na segunda escolha para o Senado, Marina Silva e Simone Tebet aparecem com 11% cada, seguidas por André do Prado, com 9%. Ricardo Salles e Guilherme Derrite têm 6% cada. Soninha Francine, Guto Schiavetto, Geraldo Rufino e Marcio Alves registram 3% cada. William Teixeira, Dra. Eliana Ferreira e Maíra de Souza têm 2% cada. Ednelson Cesaretto aparece com 1% e Petter Maahs não pontuou. Brancos, nulos ou nenhum somam 20% e os indecisos, 17%.

Na pesquisa espontânea, em que os nomes dos candidatos não são apresentados aos entrevistados, 68% estão indecisos. Simone Tebet, Guilherme Derrite e Marina Silva são citados por 5% cada, enquanto André do Prado aparece com 2%. Outras respostas somam 5%, brancos, nulos ou nenhum, 8%, e menções ao PT ou a um candidato do partido não pontuaram.

O Datafolha ouviu 1.610 eleitores de São Paulo entre os dias 8 e 10 de setembro. A margem de erro é de dois pontos percentuais para mais ou para menos e o nível de confiança é de 95%. O levantamento foi encomendado pela Globo e pela Folha de S.Paulo e está registrado na Justiça Eleitoral sob o número SP-04189/2026.

A ‘TURMA’

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

O grupo ligado ao então banqueiro Daniel Vorcaro, ex-dono do Banco Master, tinha acesso a informações sobre investigações contra ele no Ministério Público Federal (MPF), em sistema de acesso exclusivo a policiais federais e até da Organização Internacional de Polícia Criminal (Interpol), integrada por 196 países.

A revelação faz parte de um relatório da Polícia Federal (PF), datado de 27 de fevereiro deste ano, enviado ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça, relator da Operação Compliance Zero, que investiga fraudes bilionárias envolvendo o Master e Vorcaro.

O sigilo da investigação foi levantado após pedido do presidente do STF, ministro Edson Fachin.

A PF aponta um grupo chamado de “A Turma”, que seria uma estrutura paralela de vigilância, milícia e coerção privada mantida por Vorcaro. Um dos integrantes era Luiz Phillipi Machado de Moraes Mourão, tratado no documento como “Felipe Mourão” e “Sicário”.

ACESSO CLANDESTINO

De acordo com o documento que chegou às mãos de Mendonça, Daniel Vorcaro pagava R\$ 1 milhão por mês para manter a “Turma”.

Os investigadores apontam que Sicário foi contratado para realizar acesso “recorrente e irregular a procedimentos sigilosos em andamento no MPF, na PF, na Polícia Civil e no Banco Central”.

No documento de 164 páginas, que inclui reproduções (prints) de conversas de WhatsApp entre os envolvidos, incluindo funcionários públicos, a PF explica que o acesso clandestino se dava por meio da “utilização de logins funcionais de terceiros”.

A estrutura paralela atuava também na extração indevida de documentos e em consultas realizadas sem autorização em sistemas internos das instituições.

“O conteúdo indica, de forma clara, o uso indevido de informações protegidas por sigilo, que eram obtidas e empregadas para a proteção da organização criminosa”, frisa a PF.

O relatório mostra, por exemplo, que em 15 de fevereiro de

2024, Vorcaro reencaminhou a Sicário uma mensagem perguntando sobre um determinado inquérito policial dentro da PF.

ATENÇÃO PARA VORCARO

Quarenta minutos depois, Felipe Mourão responde com um áudio do policial federal aposentado Marilson Roseno da Silva. Na gravação, Marilson diz que “já havia feito contato com a ‘Tropa’ e que dariam uma atenção especial ao pedido de Daniel Vorcaro”.

O relatório acrescenta que Marilson tinha “acesso ilícito aos sistemas do MPF”. A Compliance Zero começou no início de 2024, a pedido do MPF.

Marilson foi preso no dia 4 de março de 2026 pela 3ª fase da operação, em Belo Horizonte.

No comunicado enviado a Mendonça, a PF afirma que “diante da gravidade de tal acesso”, realizou uma auditoria interna e identificou que o acesso indevido partiu da Delegacia da Polícia em Juiz de Fora (MG).

BUSCA POR “BRB AND MASTER”

Os investigadores descrevem que Sicário enviou pelo aplicativo de mensagens comprovantes de consultas realizadas nos sistemas do MPF. A busca foi feita referente ao CPF de Vorcaro. Foram identificados 15 procedimentos relacionados ao banqueiro, sendo 11 sigilosos.

As buscas eram feitas também com os termos “BRB AND MASTER”, para identificar todos os procedimentos em que ambos os termos apareciam.

BRB é o Banco de Brasília, investigado pela compra de títulos financeiros fraudulentos do Master.

A pessoa que retorna a conversa com Sicário mostra interesse em manter discreto internamente o trabalho de busca.

“Veja com ele se ele quer que entremos em todos os processos sobre o BRB + Master. São muitos. Eu entrei no primeiro, mas são muitos e às vezes pode chamar atenção”, mostra o print.

VORCARO: “QUERO TUDO”

“Quero tudo. Atenção total”, responde o banqueiro. Sicário replica: “Então vou mandar puxar geral”.

A PF diz que o servidor que efetuou a consulta tentou ocultar a identificação, hachurando (apagando) o nome dele e o setor.

“Essa circunstância indica a intenção deliberada do servidor de ocultar sua identidade, possivelmente por ter ciência da irregularidade envolvida no compartilhamento de documento sigiloso”, escreve a PF a Mendonça.

No dia seguinte, por exemplo, Sicário enviou para Vorcaro uma “Notícia de Fato” do MPF, na qual consta a orientação para apurar se havia crime contra o sistema financeiro nacional na tentativa de compra do Master pelo BRB.

A PF destaca no relatório que o documento tinha “natureza reservada”, o que apontava para “indícios de possível obtenção indevida” por Mourão.

“Daniel Vorcaro estava se utilizando de acessos ilícitos para obter informações sigilosas sobre a presente investigação”, sinalizam os quatro delegados federais que assinam o relatório.

“Nesse sentido, após realizar pesquisas de forma clandestina em bancos de dados do Ministério Público Federal, as pesquisas passaram a se concentrar nos bancos de dados da Polícia Federal”, descrevem.

Os delegados utilizam um print de 15 de setembro de 2025 para evidenciar que a “Turma” tinha acesso ao ePol, Sistema Oficial de Polícia Judiciária da Polícia Federal, de acesso exclusivo a policiais federais.

O documento foi enviado a Sicário por Marilson Roseno da Silva. Na mensagem, ele reitera a cobrança do pagamento mensal ao grupo clandestino.

INTERPOL E FBI

A PF relata que o nível de sofisticação e de intrusão em órgãos policiais alcançado pela “Turma” é tão relevante que “as evidências mencionam, até mesmo, o acesso a organismos internacionais, como o FBI e a Interpol”.

O FBI (Agência Federal de Investigação, na sigla em inglês), equivale à polícia federal dos Estados Unidos.

A PF descreve que, em 24 de outubro de 2025, Felipe Mourão reencaminha um print de tela com o logotipo da Interpol e mensagens com as seguintes frases:

- “O que está em branco foi para ocultar o nome de quem fez a pesquisa”
 - “Estamos aguardando o relatório principal do FBI”
 - “A Interpol está limpa”
- A PF informa no relatório ao STF que consultou a Interpol aqui no Brasil e obteve a respos-

ta de que a identidade visual da tela reproduzida na mensagem não corresponde a mecanismos de busca disponibilizados pela Interpol.

No entanto, a organização internacional ressaltou que pode se tratar de mecanismos de buscas de outros países.

A PF levanta a hipótese de que a consulta tenha sido feita por meio de sistema de algum país com base em dados baixados da Interpol, “podendo-se inferir, de qualquer forma, que não se trata de usuário brasileiro”.

Os delegados apontam que Vorcaro poderia ter utilizado um aparato jurídico para, pelas vias legais, ter acesso aos autos da investigação contra ele.

“Contudo optou pelo caminho ilícito, já que dispõe de uma espécie de milícia pessoal, chefiada por seu ‘Sicário’ Felipe Mourão, a qual conta com a participação proeminente do policial federal aposentado Marilson Roseno”.

CASO MASTER

O Banco Master foi liquidado pelo Banco Central (BC) em 18 de novembro de 2025. De acordo com o BC, instituição estatal responsável por manter a saúde do sistema financeiro do país, os motivos foram “grave crise de liquidez e comprometimento significativo” da sua situação econômico-financeira, assim como “graves violações às normas”.

Durante tentativas de salvar o Master, houve envolvimento do BRB, controlado pelo governo do Distrito Federal. As perdas em negócios do BRB com o Master deixaram o banco público em situação crítica, precisando de R\$ 8,8 bilhões.

O Banco Central barrou a venda do Banco Master ao BRB. No entanto, o relatório da PF aponta “relacionamento ilícito” entre Vorcaro e dois diretores do BC.

Daniel Vorcaro foi preso em novembro de 2025 e depois em março de 2026, por ordem do STF, situação que segue mantida.

Sicário também foi preso, mas morreu dois dias depois, após tentativa de suicídio na prisão.

Além da espionagem, Vorcaro contava com Sicário para “serviços”, como realização de atos de violência, coação e intimidação, “com menções ao planejamento e possível execução de agressões físicas”, o que incluía mobilização de pessoas armadas. O objetivo era, detalha a PF, “pressionar e silenciar determinadas pessoas”.

RETROCESSO

STF retoma julgamento da Lei da Ficha Limpa com voto de Gilmar

MARCELO BRANDÃO/ABRASIL

O Supremo Tribunal Federal (STF) retomou o julgamento da Lei da Ficha Limpa nesta sexta-feira, com a liberação do voto do ministro Gilmar Mendes (**foto**). O magistrado havia pedido vista, o que interrompeu o julgamento, ocorrido em ambiente virtual.

Mendes votou pela validade das alterações feitas pelo Congresso Nacional nas eleições deste ano. A Corte julga uma ação protocolada pela Rede Sustentabilidade para derrubar a Lei Complementar 219 de 2025, que reduziu a contagem dos prazos de inelegibilidade.

Entre as principais mudanças, a lei unificou em 12 anos o prazo máximo de inelegibilidade para políticos condenados em diversas ações por improbidade administrativa.

A lei também mudou o marco de contagem do prazo de inelegibilidade de oito anos para políticos condenados. Pelo texto

aprovado pelo Congresso, os oito anos devem contar a partir da condenação, e não após o cumprimento da pena, como ocorre atualmente.

Após a reabertura do julgamento, com a divulgação do voto de Gilmar, o ministro Flávio Dino pediu destaque do julgamento. Com isso, a apreciação da ação será feita em Plenário, presencialmente. Ainda não há data marcada para a sessão ocorrer.

VOTOS

Em seu voto a favor da validade das alterações feitas pelo Congresso, Gilmar Mendes propôs ainda uma modulação nos prazos por 18 meses, retornando ao texto original. Nesse prazo, diz Mendes em seu voto, o Congresso poderia reapreciar a matéria.

Até o momento, o placar da votação está em 2 votos a 1 contra as alterações. Os votos contra foram proferidos pela ministra Cármen Lúcia e Luiz Fux.



ABRASIL

TRAMITAÇÃO

Mendonça levanta sigilo de quase 40 processos no STF

PEDRO RAFAEL VILELA/ABRASIL

O ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou nesta sexta-feira o levantamento do sigilo de 39 processos que tramitam na Corte. A decisão atende, em parte, a pedido da Procuradoria Geral da República (PGR), que havia solicitado a abertura de 18 processos.

Entre os procedimentos estão investigações e petições relacionadas a políticos e apurações conduzidas pelo STF.

Segundo Mendonça, os processos não têm relação com o objeto da sessão extraordinária

do STF marcada para a próxima terça-feira, que vai decidir se o ministro Alexandre de Moraes será investigado por suposta relação com o banqueiro Daniel Vercaro, ex-dono do Banco Master.

Além dos 18 procedimentos indicados pela PGR, o ministro determinou por iniciativa própria o levantamento do sigilo de outros 21 processos, incluindo os Inquéritos 5.050 e 5.070 e diversas petições.

Entre os procedimentos com sigilo derrubado está a Petição 16.369, relacionada à investigação sobre o filme Dark Horse, que apura suspeitas envolvendo recursos destinados à produção

da obra, que é uma cinebiografia do ex-presidente Jair Bolsonaro. O senador e candidato a presidente Flávio Bolsonaro (PL-RJ) e o ex-deputado Eduardo Bolsonaro são alvo da investigação.

A lista inclui ainda a Petição 15.873 que trata da investigação da Operação Compliance Zero sobre a suposta atuação de Ciro Nogueira em favor de interesses do ex-banqueiro Daniel Vercaro. Segundo a decisão que autorizou a operação, a PF apontou suspeitas de recebimento de vantagens indevidas pelo senador.

Já as Petições 16.210 e 16.229 estão relacionadas às investigações que envolvem Jaques Wag-

ner e Augusto Ferreira Lima, ex-sócio de Vercaro, também no contexto da 9ª fase da Compliance Zero.

Mais cedo, Mendonça havia afirmado ao presidente do STF, Edson Fachin, ter disponibilizado integralmente os procedimentos "contidos" ou "relacionados" ao julgamento do caso Master pautado para a sessão da semana que vem. A manifestação foi uma resposta ao ofício do ministro Alexandre de Moraes que alegou "seletividade" na liberação dos sigilos.

Agora, o sigilo levantado envolve outros procedimentos que não haviam sido abertos anteriormente por Mendonça.

MANIFESTAÇÃO

Andrei nega que PF tenha monitorado André Mendonça

ANDRESSA ANHOLETE/AGÊNCIA SENADO



PEDRO RAFAEL VILELA/ABRASIL

O diretor-geral da Polícia Federal (PF), Andrei Rodrigues (**foto**), afirmou nesta sexta-feira em sua manifestação ao ministro Edson Fachin, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), que relatórios de inteligência produzidos pela corporação e enviados à Corte, por determinação do ministro Alexandre de Moraes, foram elaborados de forma regular e não configuraram monitoramento de autoridades.

Andrei Rodrigues sustentou que sua atuação se limitou ao cumprimento de uma ordem judicial e pediu que seja rejeitado seu afastamento do cargo.

"Não existiu, em absoluto, qualquer monitoramento ilícito de Ministro deste STF e tampouco do Ilmo. Advogado-Geral da União. Os documentos que foram questionados pela decisão proferida na Pet 16662 não são decorrentes de ações de vigilância, coleta clandestina de dados, ou qualquer medida invasiva", sustentou o delegado.

Na terça-feira, o ministro André Mendonça, relator do caso do Banco Master no STF, decidiu afastar preventivamente Andrei Rodrigues do comando da PF, sob alegação de irregularidades na produção dos relatórios e de um suposto monitoramento ilegal do próprio ministro. O diretor de Inteligência da PF, Leandro Almada, também chegou a ser afastado.

Ambos, no entanto, retomaram o cargo no dia seguinte, após decisão proferida por Fachin, em pedido da Advocacia-Geral da União (AGU).

O presidente do STF havia dado até 48 horas para que Andrei Rodrigues apresentasse sua defesa e agora vai decidir se ele será mantido no cargo ou não.

A liminar do ministro André Mendonça que determinou o afastamento da cúpula da PF foi uma resposta ao pe-

dido de abertura de investigação feito pelo ministro Alexandre de Moraes contra o próprio Mendonça, baseado nos relatórios da PF.

Moraes apontou a presença de indícios de prática de improbidade administrativa, abuso de autoridade e crime de responsabilidade de Mendonça durante a relatoria das investigações sobre os descontos ilegais de aposentados do INSS e as fraudes do Banco Master.

Em sua manifestação de defesa, Andrei Rodrigues negou que os relatórios seriam apócrifos, como acusou o ministro André Mendonça, em sua decisão de afastá-lo do cargo.

"Os relatórios em exame têm autoria institucional, a qual foi declarada no próprio documento e restou confirmada pelo registro em sistema. A ausência do nome do analista não se trata de celeuma, mas de reflexo do dever de proteção dos profissionais de inteligência imposto pelo Decreto nº 8.793/2016 e pela própria doutrina de inteligência", argumentou.

Em sua defesa, Andrei Rodrigues também questionou a legitimidade do Partido Novo para pedir seu afastamento do cargo. Foi com base em um pedido da legenda que o ministro André Mendonça deferiu a liminar que determinou o afastamento do diretor-geral da PF.

Segundo ainda a manifestação apresentada ao presidente do STF, o partido poderia comunicar à autoridade policial a existência de uma possível infração penal, mas não teria legitimidade para requerer diretamente ao Judiciário a adoção de uma medida cautelar contra uma pessoa determinada.

Outro ponto sustentado por Andrei Rodrigues é o fato de os relatórios de inteligência terem sido produzidos por determinação judicial, não havendo desvio funcional ou conduta ilícita por parte do diretor-geral.

INELEGIBILIDADE

Tribunal rejeita por unanimidade registro da candidatura de Marçal

MARCELO BRANDÃO/ABRASIL

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu por unanimidade, nesta sexta-feira, rejeitar o registro da candidatura de Pablo Marçal à presidência da República. Os sete ministros votaram pelo indeferimento do pedido de Marçal e seu partido, o PRTB.

O voto da relatora, ministra Estela Aranha, foi seguido pelos ministros Ricardo Villas Bôas, Nunes Marques, André Mendonça, Antônio Carlos Ferreira, Floriano Peixoto e Dias Toffoli.

Pablo Marçal está inelegível até 2032 por ter sido condenado pela Justiça Eleitoral de São Paulo por ofertar gravações de vídeos para vereadores e prefeitos em troca de doações em dinheiro. O episódio ocorreu nas eleições municipais de 2024.

Além disso, o Ministério Público Federal, responsável por pedir ao TSE a negativa da candidatura, disse que o Marçal não estava filiado ao PRTB em abril deste ano, quando terminou o prazo da janela partidária para troca de partido. Ele estava filiado ao União Brasil.

COMPLIANCE ZERO

Zanin reitera pedido de acesso a dados de celular de Vercaro

O ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal (STF), reiterou formalmente a solicitação para que seja disponibilizada aos ministros da Corte a mídia que contém a íntegra do material extraído do celular do banqueiro Daniel Vercaro, apreendido na primeira fase da Operação Compliance Zero, e relacionado à Petição 15.556, pautada para julgamento no dia 15 de setembro. O ofício foi encaminhado ao presidente do Supremo, ministro Edson Fachin.

O pedido surge após manifestação do relator do processo, ministro André Mendonça, que informou que o aparelho celular não se encontra em seu gabinete. Ele confirmou, entretanto, ter recebido da autoridade policial, em envelope lacrado, uma cópia de segurança dos dados extraídos da mídia original. Em seu documento, Zanin argumenta que a mídia contendo os dados está sob posse do gabinete do relator e deve ser compartilhada para garantir a igualdade de

análise entre os membros do colegiado. O ministro pontua que o fato de o material ter sido entregue lacrado pela Polícia Federal não afasta a necessidade de compartilhamento, uma vez que se trata de uma cópia e que a preservação da cadeia de custódia deve ser feita em relação ao material original.

Zanin ressalta que a regra em julgamentos colegiados, inclusive no STF, é que todos os magistrados tenham acesso à integralidade dos elementos colocados

à disposição do relator, independentemente da análise do próprio relator.

Além disso, o ministro afirma que os advogados de defesa do investigado Daniel Vercaro já receberam cópia do material direto da Polícia Federal e possuem acesso integral ao material. "A não disponibilização aos membros desta Corte configuraria evidente incongruência e geraria severas dificuldades no julgamento", destaca Zanin no ofício.

CASO MASTER

Moraes envia ofício a Fachin reiterando fim 'seletivo e direcionado' de sigilo

LAVÍNIA KAUCZ E GABRIEL MÁXIMO

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes reiterou, em novo ofício ao presidente da Corte, Edson Fachin, o pedido para que o ministro André Mendonça retire todo o sigilo das investigações sobre o Banco Master. Mais cedo, Mendonça rebateu o colega e disse que

"todas as peças efetivamente disponíveis foram devidamente publicizadas".

"O levantamento seletivo e direcionado do sigilo realizada pelo Ministro André Mendonça, na proteção ostensiva de determinado grupo político, repete a ilegal conduta de direcionamento dos acordos de colaboração premiada e de determinações de diligências de investigação de ofício contra al-

vos predeterminados", disse Moraes no despacho endereçado a Fachin.

Moraes também ressaltou que "não cabe ao Ministro relator escolher quais os documentos acessíveis ao Colegiado para realizar seu julgamento" e pediu o acesso integral às peças, "sob pena de grave ferimento ao princípio do devido processo legal, com a supressão ao Colegiado do conhecimento de 18 PETs

e de 180 documentos existentes nas demais 13 PETs".

Mendonça tornou pública parte das investigações, mas manteve o sigilo sobre a parte que envolve o candidato à Presidência Flávio Bolsonaro (PL) e o financiamento do filme "Dark Horse". Em áudios revelados pelo "Intercept Brasil", Flávio pediu R\$ 134 milhões ao banqueiro Daniel Vercaro para custear o projeto.

Paulo Gonet não assina parecer em nova frente do caso Master

FELIPE DE PAULA E FAUSTO MACEDO/AE

Envolto nos desdobramentos do caso Master, o procurador-geral da República, Paulo Gustavo Gonet Branco - que afirmou ter "saudades" de Daniel Vercaro e chamou o banqueiro de "máquina" - não assinou, nesta sexta-feira, parecer do Ministério Público Federal que pede ao Supremo Tribunal Federal (STF) a derrubada integral do sigilo da Operação Compliance Zero. A manifestação, de apenas duas páginas e endereçada à presidência da Corte, foi assinada pelo vice-procurador-geral da República, Hindenburgo Chateaubriand Filho.

A ausência de Gonet alimenta rumores de que o procurador-geral poderá não participar do julgamento na próxima terça-feira, quando o plenário do Supremo irá decidir o futuro de Alexandre de Moraes na Corte.

O ministro está sob suspeita no caso, a partir do contrato de R\$ 131 milhões firmado pelo escritório de advocacia de sua família, o Barci de Moraes, com o Banco Master. O próprio Moraes revisou e retocou a versão final do documento ao menos duas vezes.

Oficialmente, o Ministério Público Federal nega que Gonet irá se declarar suspeito para atuar no julgamento e afirma que o procurador-geral - citado no relatório da Polícia Federal que recuperou 52 mensagens entre Vercaro e Moraes -, estará no plenário. Procuradores ouvidos pelo Estadão garantem que Gonet ocupará, na sessão, a cadeira reservada ao Ministério Público, à direita do presidente do STF, Edson Fachin.

Segundo relatório da Polícia



Federal, Vercaro conversou com Moraes sobre meios de barrar a Operação Compliance Zero contra ele. Em um diálogo, o banqueiro teria questionado o ministro se não seria possível "reverter isso com Paulo ou Andrei?". De acordo com os investigadores, Paulo é uma referência ao procurador-geral da República.

O relatório aponta ainda que Gonet conversou por telefone e trocou mensagens com Vercaro. Os contatos foram intermediados pelo advogado Ciro Soares, emissário nas conversas entre o banqueiro e o procurador. Nos diálogos, Gonet diz que "sente saudades" e chama o dono do banco Master de "máquina" após aceitar convite para degustação de uísque Macallan em Londres e de pedir que o filho

fosse convidado ao evento.

No dia em que as mensagens foram reveladas pelo Estadão, Gonet afirmou ao Supremo que o relatório da Polícia Federal produzido sobre os diálogos entre Daniel Vercaro e o ministro Alexandre de Moraes é ilegal e deve ser arquivado, sem análise do mérito.

Ao requerer o arquivamento, o procurador-geral afirma que Mendonça "sabia" que Moraes seria apontado pela PF como o interlocutor de Vercaro, mas diz que uma investigação sobre um ministro da Corte só poderia ser determinada pelo plenário.

Com essa manifestação, Gonet abre espaço para que o STF archive na terça-feira, o caso sem abrir inquérito para apurar as suspeitas existentes nos diálogos. O procurador-geral foi indicado ao cargo pelo presidente Lula em 2023 em uma articulação com Moraes e o ministro Gilmar Mendes.

FICHA SUJA

TRE indefere registro de Garotinho para candidato a governado

RAFAEL CARDOSO/ABRASIL

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ) indeferiu nesta sexta-feira, por unanimidade, o registro de candidatura de Anthony Garotinho (Republicanos) ao governo do estado. A decisão foi tomada pelo colegiado durante sessão no Palácio da Democracia, a sede do TRE-RJ.

Segundo o tribunal, Garotinho não atende às condições de elegibilidade. A decisão considera uma condenação por ato doloso de improbidade administrativa de 2018, com dano ao erário e enriquecimento ilícito de terceiros.

A condenação determinou a suspensão dos direitos políticos de Garotinho, o que impede a possibilidade de votar e ser votado.

À época, o Tribunal de Justiça do Rio o acusou de desviar R\$ 234,4 milhões da Secretaria de Saúde entre 2005 e 2006. Neste período, a mulher dele, Rosinha Matheus, governava o estado.

A decisão do TRE-RJ tam-

bém aponta a incidência da Lei da Ficha Limpa, que estabelece hipóteses de inelegibilidade por oito anos para pessoas condenadas por órgão judicial colegiado por ato doloso de improbidade administrativa que resulte, simultaneamente, em lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito.

DEFESA

Em nota divulgada após o julgamento, Garotinho afirmou que a decisão não representa uma interrupção de sua campanha eleitoral e que continua como candidato.

“Continuo firme e forte para salvar o Estado do Rio de Janeiro desse antro de corrupção”, disse, em nota.

A decisão do TRE-RJ ainda pode ser contestada. Cabe recurso ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A Justiça Eleitoral esclarece que os tribunais regionais são responsáveis pelo julgamento dos registros de candidaturas a governador, enquanto cabe ao TSE analisar recursos contra essas decisões.

DATAFOLHA

Benedita tem 18% para o Senado; Jordy e Portinho estão com 10%

MARIA MAGNABOSCO/AE

Benedita da Silva (PT) tem 18% das intenções de voto na disputa pelas duas vagas ao Senado pelo Rio de Janeiro, segundo pesquisa Datafolha divulgada nesta sexta-feira. Carlos Jordy (PL) e Carlos Portinho (PL) aparecem com 10% cada.

Pedro Paulo (PSD) e Marcelo Crivella (Republicanos) registram 7% cada, enquanto Monica Benicio (PSOL) tem 6%. Pela margem de erro de três pontos percentuais, Jordy e Portinho estão tecnicamente empatados com Pedro Paulo, Crivella e Monica.

Na comparação com o levantamento de 21 de agosto, Benedita passou de 15% para 18%. Jordy e Portinho foram de 8% para 10% cada. Pedro Paulo passou de 6% para 7%, mesmo movimento de Crivella, enquanto Monica permaneceu com 6%.

Waguinho (Republicanos) registra 3%. Marcos Dias (Pode) e Comandante Ribeiro Afonso (Democrata) têm 2% cada. Luciano Mattos (PRTB), Vinicius Benevides (UP), Helio Secco (Missão), Paula Falcão (PSTU), Michelly Xavier (UP) e Luiz Eugenio (PCO) aparecem com 1% cada. Ó Clemente (Democrata) e André Monteiro (Democrata) não pontuaram. Brancos, nulos ou nenhum somam 18% e os indecisos, 13%.

O cenário considera as menções para a primeira e a segunda vagas ao Senado em um total reduzido a 100%, mantendo a proporção entre candidatos, votos brancos e nulos e indecisos.

PRIMEIRO VOTO

Considerando apenas a primeira escolha para o Senado, Benedita tem 30%, seguida por Carlos Jordy, com 12%, Carlos Portinho, com 9%, e Marcelo

Crivella, com 8%. Pedro Paulo registra 6%.

Waguinho e Monica Benicio aparecem com 3% cada. Comandante Ribeiro Afonso, Luciano Mattos, Marcos Dias, Luiz Eugenio, Helio Secco, Michelly Xavier e Paula Falcão têm 1% cada. Vinicius Benevides, Ó Clemente e André Monteiro não pontuaram. Brancos, nulos ou nenhum somam 15% e 9% estão indecisos.

SEGUNDO VOTO

Na segunda escolha para o Senado, Carlos Portinho aparece com 11%. Pedro Paulo, Carlos Jordy e Monica Benicio têm 9% cada, enquanto Benedita registra 8%.

Marcelo Crivella tem 5%. Waguinho, Marcos Dias e André Monteiro registram 3% cada. Comandante Ribeiro Afonso, Luciano Mattos, Paula Falcão, Helio Secco e Michelly Xavier têm 2% cada. Vinicius Benevides, Ó Clemente e Luiz Eugenio aparecem com 1% cada. Brancos, nulos ou nenhum somam 21% e os indecisos, 16%.

Na pesquisa espontânea, em que os nomes dos candidatos não são apresentados aos entrevistados, 62% não souberam responder, ante 77% no levantamento de 21 de agosto. Benedita é citada por 9%, enquanto Pedro Paulo, Jordy e Portinho aparecem com 3% cada. Crivella tem 2% e Monica Benicio, 1%. Outras respostas somam 8% e brancos, nulos ou nenhum, 10%.

O Datafolha ouviu 1.204 eleitores do Rio de Janeiro. A margem de erro é de três pontos percentuais para mais ou para menos e o nível de confiança é de 95%. A pesquisa foi contratada pela TV Globo e pela Folha de S.Paulo. O número de registro da pesquisa é RJ- 09217/2026.

Nota

RIO VAI GANHAR SUPER CENTRO CARIOCA DE SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

O prefeito do Rio, Eduardo Cavaliere, anunciou, nesta sexta-feira, a criação do Super Centro Carioca de Saúde da Criança e do Adolescente. A unidade funcionará no prédio onde hoje é o Hospital Municipal da Piedade, que será totalmente reestruturado para receber o novo complexo de saúde voltado para pacientes de 0 a 18 anos.

PEZESHKIAN

Irã defende mecanismos do Brics contra pressões políticas

PEDRO LIMA/AE

O presidente do Irã, Masoud Pezeshkian, defendeu nesta sexta-feira, que o Brics crie mecanismos capazes de proteger o comércio e o financiamento de seus membros contra pressões políticas e econômicas, ao afirmar que o bloco precisa transformar seu peso econômico em cooperação prática.

Em discurso no Fórum Empresarial do Brics, em Nova Déli, Pezeshkian disse que a incerteza geopolítica, as rupturas nas cadeias de suprimentos e o uso crescente de instrumentos econômicos para pressão política

ca tornaram o ambiente global mais complexo.

Segundo ele, a força do grupo aparecerá quando as capacidades de seus integrantes forem convertidas em redes de comércio, investimento e financiamento, numa passagem da "cooperação potencial" para a "cooperação operacional", segundo trechos do discurso enviados em seu canal no Telegram.

"Quando o comércio, a energia, a infraestrutura ou o sistema financeiro de um país ficam sujeitos a pressões políticas ou militares, os efeitos ultrapassam suas fronteiras", afirmou.

Para Pezeshkian, o Brics deve

NOVA YORK

11/9: evento têm minuto de silêncio, discurso de Trump e ex-presidentes

Os Estados Unidos realizaram nesta sexta-feira, cerimônias para marcar os 25 anos dos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, que deixaram quase três mil mortos e centenas de feridos.

Os ex-presidentes americanos George W. Bush, que estava no cargo no dia dos atentados, Bill Clinton, Barack Obama e Joe Biden participaram de uma cerimônia no Memorial Nacional do 11 de Setembro, em Nova York. O atual vice-presidente dos EUA, JD Vance, também esteve no evento.

No local, a leitura dos nomes de todas as vítimas, que durou horas, começou com o toque de um sino, seguido por um minuto de silêncio.

O presidente dos EUA, Donald Trump, optou por não ir a Nova York e participou da cerimônia realizada no Pentágono, ao lado do secretário de Defesa, Pete Hegseth. No dia dos atentados, o republicano estava em Nova York, sua cidade natal.

"Naqueles dias angustiantes após os ataques, vimos o verdadeiro espírito da nossa nação", disse Trump em seu discurso. "Naquele dia, éramos todos nova-iorquinos. Cada um de nós. Éramos todos nova-iorquinos. Éramos todos uma família."

Trump e Hegseth aproveitaram o discurso para fazer críticas ao Irã e agradecer aos militares que atuam no conflito no Oriente Médio.

"Saudamos os militares que trabalham neste momento para garantir que o maior patrocinador do terrorismo no mundo, a República Islâmica do Irã, jamais tenha uma arma nuclear", disse o presidente.

Outros integrantes do governo americano foram para o Memorial Nacional do Voo 93, na Pensilvânia.

Em 11 de setembro de 2001, extremistas da Al-Qaeda sequestraram quatro aviões comerciais e os lançaram contra o World Trade

Center, em Nova York, o Pentágono e um campo próximo a Shanksville, na Pensilvânia.

Os impactos derrubaram as Torres Gêmeas do World Trade Center - símbolos do poder econômico dos EUA e que estavam entre os edifícios mais altos do mundo - e abriram um enorme buraco no Pentágono, sede do Departamento de Defesa, semelhante a uma fortaleza, nos arredores de Washington.

O quarto avião também seguia em direção à capital americana, segundo concluíram as autoridades, mas caiu na Pensilvânia depois que passageiros e tripulantes invadiram a cabine e enfrentaram os sequestradores.

No Marco Zero, uma nova homenagem aos que adoeceram.

Tradicionalmente, não há discursos políticos na cerimônia de homenagem realizada em Nova York, onde familiares das vítimas dos atentados leem em voz alta a longa lista de nomes, intercalada por momentos de silêncio em pontos-chave da cronologia dos ataques. Uma multidão de familiares acompanhou a cerimônia, muitos deles segurando fotos de pessoas que morreram.

Pela primeira vez, a cerimônia deste ano teve um momento de silêncio para homenagear as pessoas que foram expostas às nuvens de poeira tóxica liberadas pelo desabamento em chamas das Torres Gêmeas e que morreram posteriormente de câncer e outras doenças. Ainda há dúvidas sobre quantas pessoas desenvolveram problemas de saúde relacionados à poeira.

IMPACTO PERMANECE

A guerra global contra o terrorismo liderada pelos EUA incluiu as invasões do Iraque e do Afeganistão - esta última, a guerra mais longa de Washington -, além da detenção e de interrogatórios severos de suspeitos de terrorismo em uma rede internacional de

ampliar a resiliência por meio da diversificação de parceiros comerciais, fontes de financiamento e mecanismos de pagamento.

Segundo a agência Tasnim, o iraniano propôs ainda uma resseguradora conjunta do Brics, com capital inicial de US\$ 10 bilhões, para cobrir riscos de grandes projetos de infraestrutura e energia. Também defendeu linhas especiais do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), financiamento em moedas locais e garantias para atrair investimento privado.

O maior uso de moedas nacionais no comércio intrabloco voltou a ser citado, além da inte-

gração aduaneira, redução de barreiras regulatórias e maior cooperação em inteligência artificial (IA) e cibersegurança.

Pezeshkian afirmou que o Irã, por suas reservas de energia e posição geográfica, pode atuar como elo em cadeias de energia, alimentos e transporte do Brics.

Mais tarde, Pezeshkian se reuniu com o primeiro-ministro da Índia, Narendra Modi. Segundo o Ministério das Relações Exteriores indiano, Modi ressaltou a importância de esforços persistentes por "paz e estabilidade duradouras" na região.

O presidente da Rússia, Vladimir Putin, reuniu-se com Modi mais cedo.

tecessores fazem há anos.

Algumas das reclamações partiram do ex-governador republicano George Pataki e de familiares de vítimas, que citaram, entre outras coisas, declarações feitas no passado por alguns aliados políticos de Mamdani sobre os ataques.

O ex-prefeito republicano Rudy Giuliani também criticou a participação de Mamdani, embora os dois tenham apertado as mãos nesta sexta-feira enquanto aguardavam, junto com outras autoridades, o início da cerimônia.

Mamdani disse no início desta semana que ama a cidade e o país e que quer que a data seja dedicada às famílias das vítimas, aos socorristas e aos nova-iorquinos que ajudaram uns aos outros após os ataques, que classificou como um "ato horrível de terrorismo". O prefeito era aluno do ensino fundamental em Nova York em 11 de Setembro.

TIMES SQUARE

As homenagens se estenderam muito além dos locais dos ataques, incluindo feixes de luz projetados a partir do Monte Washington, em New Hampshire, uma subida de escadas no estádio de futebol americano da Universidade Estadual do Mississippi e uma cerimônia no memorial do 11 de Setembro em Honolulu.

O 11 de Setembro não é um feriado federal, mas o Congresso designou a data tanto como Dia do Patriota quanto como Dia Nacional de Serviço e Memória.

A organização voluntária 9/11 Day, fundada por familiares das vítimas, ajuda pessoas a encontrar oportunidades de voluntariado e, neste ano, providenciou para que dezenas de painéis publicitários da Times Square interrompessem seus anúncios às 9h11 desta sexta-feira. Em vez disso, os painéis simplesmente exibiram o horário.

curso dos quais os programas de armamentos dependem", afirmou. "Identificamos e neutralizamos um agente de ameaça vinculado ao Irã que utilizava o Claude para coletar e analisar dados de acesso público, a fim de desenvolver recomendações de alvos contra forças navais dos EUA na região. O material compilado incluía uma lista de pessoal dos EUA extraída de legendas de fotografias militares públicas, identificadores de transponders de navios e aereo-

naves acessíveis ao público, scripts de consulta a imagens de satélite comerciais; e um inventário de sites públicos que revelavam movimentações navais dos EUA", indicou a publicação.

"Identificamos uma célula de agentes de ameaça sediada no norte do Iêmen que conduzia três programas de desenvolvimento de armamentos: um foguete guiado que utilizava um computador de voo comercial de classe de telefone celular", apontou a empresa.